



Avenida Senador Salgado Filho, 1385, Sala 114/116, Guabirota
Curitiba – Paraná – Brasil (81.510-000)
Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
vanilda.souza@Sysflor.com.br

RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO FASE 2 PARA CERTIFICAÇÃO DE MANEJO FLORESTAL E CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

**AMCEL - AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE S.A.
SYS-FM/CERFLOR-0003**

Endereço: Rua Cláudio Lúcio Monteiro, s/nº, CEP: 68925-000 – Santana – Amapá - Brasil

Contato EMPRESA:

Carlos Alberto Almeida Gonçalves
Email: carlos.goncalves@amcel.com.br

Website da empresa

www.amcel.com.br

DATA DE CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
22/09/2014	21/09/2019

DATA DA AUDITORIA DE CAMPO
30/06/2014 a 04/07/2014
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO
19/09/2014

Organização do relatório

Este relatório corresponde ao resultado da avaliação de certificação pela equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A, está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CERFLOR/ Programa Brasileiro de Certificação Florestal). Esta seção é disponibilizada ao público em geral e tem o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, do plano de ação em relação às florestas e do resultado final da avaliação. A seção A será disponibilizada por e-mail sempre que solicitada. A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso do Empreendimento de Manejo Florestal - EMF.

PREFÁCIO

A SYSFLOR é uma certificadora credenciada pelo CGCRE para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. Sob o sistema de certificação do CERFLOR, os EMF (Empreendimentos de Manejo Florestal) que cumprirem os padrões de manejo florestal podem ser certificados e, assim, poderão usar o endosso do INMETRO e o logotipo para fins de mercado, sujeitas à supervisão regular da SYSFLOR.

A SYSFLOR convoca equipes interdisciplinares de especialistas em recursos naturais e outros peritos na área florestal para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal. As equipes de avaliação da SYSFLOR coletam e analisam documentos e registros, conduzem entrevistas com os funcionários dos EMF e as principais partes interessadas e, realizam auditorias de campo e de escritório nas UMF como parte da avaliação de certificação. Após completar a fase de levantamento das evidências, a equipe da SYSFLOR determina a conformidade do EMF com os Princípios e Critérios do CERFLOR.

SUMÁRIO

SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO	4
1.0 INFORMAÇÕES GERAIS	4
1.1 Informações de Registro do Certificado	4
1.1.2 Escopo do Certificado	4
1.2 Dados do manejo florestal	6
1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)	6
1.4 Informação Social	8
1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos	8
2.0 DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL	9
2.1. Plano de Manejo Florestal	9
2.2. Contexto Socioeconômico	12
3.0 PROCESSO DE AVALIAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO	14
3.1 Padrões utilizados	14
3.2 Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)	14
3.3 Cronograma e Equipe da Avaliação	14
3.4 Avaliação do Sistema de Manejo	18
3.5 Processo de Consulta às Partes Interessadas*	19
4.0 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	24
4.1 Pontos fortes e fracos em relação aos P&C do CERFLOR	24
4.2 Processo para Determinar Conformidade	28
4.2.5 Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria	33
5.0 DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO	41

SEÇÃO A - RESUMO PÚBLICO

1.0 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Informações de Registro do Certificado

1.1.1. Informações gerais sobre a organização

Nome da Organização	AMCEL - AMAPÁ FLORESTAL E CELULOSE S.A.		
Histórico da Empresa	<p>A AMCEL é uma empresa florestal que atua no Estado do Amapá, desde 1976, produzindo cavacos de madeira e biomassa. Em 1996, a Champion Papel e Celulose adquiriu os direitos acionários da AMCEL e, em 2000, a International Paper do Brasil Ltda. assumiu o grupo Champion. Em 2004, a empresa optou pela substituição dos plantios de <i>Pinus</i> spp. por <i>Eucalyptus</i> spp.</p> <p>Em dezembro de 2006, passou a ser controlada pelas empresas japonesas Marubeni Corporation e Nippon Paper Industries e, mais tarde, também pela NYK-Nippon Yusen Kaisha. A produção anual de cavacos é de 900.000 t, que são processados e exportados para Portugal, Espanha, Itália, Turquia, Finlândia e Japão, através do Porto de Santana no Estado do Amapá. Nessa trajetória, a empresa vem superando dificuldades e condições adversas de clima e solo, testando cerca de 3.000 clones na busca de um ideal para a produção de fibras que atendam as necessidades do mercado. O desenvolvimento de pessoas e de tecnologias florestais, bem como a qualidade nas operações são desafios constantes no cotidiano da empresa. As operações de pesquisa e o manejo sustentável das florestas de eucalipto são certificados pela norma internacional ISO 14.001 e FSC® (Forest Stewardship Council®), que confirmam o compromisso da empresa com práticas sustentáveis, conciliando os interesses ecológicos, sociais e econômicos.</p>		
Pessoa de contato	Carlos Alberto Almeida Gonçalves		
Endereço	Rua Cláudio Lúcio	Telefone	(96) 3281-8016
	Monteiro, s/nº, CEP:	Fax	(96) 3283-8092
	68925-000 – Santana –	e-mail	carlos.goncalves@amcel.com.br
	Amapá - Brasil	Website	www.amcel.com.br

1.1.2 Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF múltiplas
	<input type="checkbox"/> Grupo	
EMF de pequena escala (<i>se aplicável</i>)	<input type="checkbox"/> Certificado de Pequeno Porte	<input type="checkbox"/> Certificado de Baixa Intensidade
	<input type="checkbox"/> Certificado de Grupo de Pequena Escala	
Membros de Grupo (<i>se aplicável</i>)	N/A	
Número de UMF no escopo do certificado	1	
Localização Geográfica das UMF	Latitude & Longitude: 00° 37' 36" S e 51° 04' 28" W	
Área florestal total no escopo da certificação de manejo:	Unidade: <input checked="" type="checkbox"/> ha ou <input type="checkbox"/> ac	

Manejo privado	208.387,22
Manejo estatal	-
Manejo comunitário	-
Divisão da UMF em unidades manejáveis:	
A UMF da AMCEL é composta por Hortos florestais que são divididos em glebas. Estas, por sua vez, são divididas em talhões, onde ocorrem as operações.	

Quadro 1.1.2 - Lista das propriedades no escopo de certificação

Nome da Propriedade	Horto	Município	Área Plantada (ha)	APP + RL (ha)	Infraestrutura (ha)	Área Total (ha)
Projeto AMCEL	Araguari	Ferreira Gomes	93.359,84	65.156,55	5.189,67	163.706,06
	Matapi					
	Japiim					
	Pedreira					
	Peixe-Boi					
	Capivara					
	Flexal					
	Onça					
Bacuri						
Platon	Matapi	Porto Grande	2.649,27	1.754,12	122,41	4.525,80
Areia Branca	Peixe-Boi	Itaubal	1.665,56	231,70	52,00	1.949,26
Flexal	Flexal	Porto Grande	1.166,77	897,49	36,92	2.101,18
Retiro Peixe Boi	Peixe-Boi	Macapá	317,13	158,10	6,53	481,76
Porto Grande	Matapi	Porto Grande	97,93	98,97	5,41	202,31
Retiro Alvorada	Peixe-Boi	Ferreira Gomes	14,48	165,00	2,00	181,48
Granja Surucua	Bacuri	Macapá	45,99	49,70	5,68	101,37
Retiro N. Sr ^a . do Desterro	São Bento	Tartarugalzinho	-	1.200,00	-	1.200,00
Mutum	São Bento	Tartarugalzinho	-	1.200,00	-	1.200,00
Sta. Catarina	São Bento	Tartarugalzinho	-	1489,00	-	1489,00
Sta. Izabel	São Bento	Tartarugalzinho	-	940,00	-	940,00
São Bento	São Bento	Tartarugalzinho	-	5.400,00	-	5.400,00
Sta. Cruz	São Bento	Tartarugalzinho	-	9.259,00	-	9.259,00
Itapoã I	Itapoã	Amapá	-	15.650,00	-	15.650,00
TOTAL			99.316,97	103.649,63	5.420,62	208.387,22

1.2 Dados do manejo florestal

1.2.1 Floresta de Produção

Produtos florestais madeireiros	Área (ha)
Área total da floresta de produção (i.e., florestas de onde a madeira pode ser colhida), classificada como “plantação”.	99.316,97
Sistema(s) Silvicultural(is)	Área sob o tipo de manejo (ha)
Manejo equiâneo	99.316,97
Corte-raso (amplitude da extensão do corte-raso)	7.137 ha em 2014
Desbaste	-
Outro:	-
Manejo multiâneo	-
Seleção de árvores individuais	
Seleção em grupos	
Outro:	
<input checked="" type="checkbox"/> Outro: (exemplo, viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agro-pastoril, sistema florestal, etc.).	5.420,62 ha (infraestrutura)
Taxa sustentável de colheita (normalmente o AAC onde for disponível) de Madeira comercial (metros cúbicos de tora).	1.110.000 m ³ c/c em 2014
Produtos florestais não-madeireiros (PFNM)	
Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFNM ou serviços.	-
Outras áreas manejadas para PFNM ou serviços	-
Produção comercial anual aproximada de PFNM incluída no escopo do certificado, por tipo de produto.	-
Explicação das pressuposições e referência à fonte de dados sobre as quais as estimativas de colheita foram baseadas:	
As estimativas de colheita são baseadas nos dados do Inventário Florestal Contínuo (IFC) realizado em áreas que não estão incluídas no Plano Integrado de Corte (PIC) e do Inventário Pré-Corte, que possui o objetivo de fornecer informações mais recentes dos talhões a serem cortados.	
Espécies no escopo do certificado: <i>Nome científico/latim (nome comum/comercial).</i>	
<i>Eucalyptus urophylla</i> , híbrido <i>E. urophylla</i> x <i>E. grandis</i> , <i>E. pellita</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. camaldulensis</i> (eucalipto); <i>Tectona grandis</i> (teca); <i>Acacia</i> sp.(acácia); e <i>Pinus</i> sp. (pínus)	

1.2.2 Espécies e Produtos

Produtos de madeira	
Nome do Produto	Espécies
Toras e toretos.	Todas as espécies listadas acima.

1.2.3 Áreas de Conservação

Área de terra com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para objetivos de conservação.	103.649,63 ha (APP + RL)
---	---------------------------------

1.3 Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)

<input type="checkbox"/> N/A – Todas as áreas florestais de propriedade ou manejadas pelo requerente estão incluídas no escopo.

O requerente possui e/ou maneja outras áreas florestais (Fazendas) que não estão sendo avaliadas.

O requerente deseja excluir do escopo da certificação partes da UMF sob avaliação.

Explicação para a exclusão das UMF e/ou excisão: As áreas fora do escopo estão em processo de regularização fundiária, tendo sido feito o trabalho de georreferenciamento. Parte delas já está protocolizada no INCRA para processo administrativo de fiscalização cadastral (Doc 3115/2011 de 19/09/2011): validação do georreferenciamento e sua legitimação.

Medidas de controle para prevenir a mistura de produtos certificados e não-certificados: A empresa definiu e implementou procedimentos para assegurar a rastreabilidade da madeira desde o corte até o “portão” da floresta (saída da fazenda). Esse procedimento estabelece que toda a madeira certificada Cerflor colhida seja acompanhada de um romaneio azul, ou ainda, na cor verde, quando se tratar de uma área certificada pelo Cerflor e pelo FSC®. As toras oriundas de floresta não certificadas são acompanhadas de um romaneio de cor laranja.

Descrição das Fazendas exclusas ou áreas florestais removidas do escopo da certificação:

Nome da Fazenda ou Talhão	Local (município do Amapá, Brasil)	Tamanho (<input checked="" type="checkbox"/> ha ou <input type="checkbox"/> ac)
Fazenda Amcel – Horto Peixe-Boi - Gleba PB-06 - Talhões 716-730-731	Macapá	596,05
Fazenda Rocinha Santana	Tartarugalzinho	4.693,67
Fazenda São Manoel	Tartarugalzinho	4.232,58
Fazenda Rio Negrinho I	Tartarugalzinho	3.107,15
Fazenda Ariramba	Tartarugalzinho	3.000,00
Fazenda Rio Negrinho II	Tartarugalzinho	4.499,62
Retiro Vai Quem Quer	Tartarugalzinho	2.991,80
Retiro Retorno	Tartarugalzinho	417,99
Retiro Tira Teima	Tartarugalzinho	791,58
Retiro Escondido	Tartarugalzinho	532,37
Retiro Santo Antônio	Tartarugalzinho	2.499,30
Fazenda Las Palmas	Tartarugalzinho	16.155,00
Fazenda Novo Horizonte	Tartarugalzinho	10.744,00
Fazenda São Jorge (Itauqueiro)	Tartarugalzinho	7.760,00
Fazenda Nazaré	Tartarugalzinho	3.860,00
Retiro Torrão	Tartarugalzinho	461,13
Fazenda Porto Grande	Porto Grande	202,31
Fazenda Capoeira do Rei	Cutias do Araguaí	700,00
Fazenda Campo Grande	Ferreira Gomes	1.868,37
Fazenda Caracas	Cutias do Araguaí	1.637,67
Fazenda Quarto Barras	Macapá	1.867,70
Fazenda Sucurijú	Cutias do Araguaí	2.304,90
Retiro Santo André	Pracuuba	157,94
Retiro São Raimundo	Pracuuba	112,38
Fazenda São Jorge	Pracuuba	98,41
Fazenda Tartarugalzinho (matrícula 29)	Tartarugalzinho	2.910,59
Fazenda Amapaense	Tartarugalzinho	1.769,18

Fazenda Boa Esperança	Tartarugalzinho	2.265,87
Fazenda Pedreiro Pedral	Tartarugalzinho	4.356,00
Fazenda Dilcende	Tartarugalzinho	1.199,87
Fazenda Foro da Prainha	Tartarugalzinho	1.089,00
Tartarugalzinho (matrícula 32)	Tartarugalzinho	1.089,00
Boca do Braço	Tartarugalzinho	1.089,00
Fazenda Diane	Tartarugalzinho	99,12
Retiro Fé em Deus	Tartarugalzinho	116,04
TOTAL		91.275,59

Novas propriedades incluídas no escopo da certificação (Desde a auditoria Fase 1)

As Fazendas Flexal (MAT 002 = 2.101,1749 ha) e Platon (MAT 003 = 4.525,8009 ha) já se encontram regularizadas pelo INCRA e Licenciadas pelo IMAP/SEMA-AP. A AMCEL comprovou que os plantios de eucalipto, conforme consta nos processos de licenciamento ambiental junto ao IMAP/SEMA-AP, foram realizados em áreas de antigos plantios de dendê realizados no passado pela empresa. Portanto, foi evidenciado que não houve conversão florestal nesses dois projetos.

1.4 Informação Social

Número de trabalhadores florestais (inclusive prestadores de serviço) atuando na floresta no escopo do certificado:

nº trabalhadores: 776

1.5 Uso de pesticidas e outros produtos químicos

<input type="checkbox"/> <i>EMF não usa pesticidas</i>				
Nome Comercial do pesticida / herbicida	Ingrediente Ativo	Quantidade aplicada anualmente (kg ou l)	Tamanho da área tratada anualmente (ha)	Razão de uso
Sumifog	Fenitrothion	1.986,97 L	3.437,91	Controle de formigas cortadeiras – pré- e pós-plantio na estação chuvosa.
Scout	Glifosato	50.972,91 kg	23.773,60	Controle pós-emergente de plantas daninhas competidoras com a cultura de eucalipto.
Fordor 705 WG	Isoxaflutol	445,66 kg	4.397,92	Impedir ou retardar a germinação de plantas daninhas nos primeiros 1,5 a 2 meses pós plantio - Controle da mato-competição.
Mirex-S	Sulfluramida	2.478,17 kg	9.232,50 ha	Controle de população de formigas cortadeiras - Impedir danos econômicos aos povoamentos de eucalipto.

Fertilizante / corretivo	Ingrediente ativo	Quantidade aplicada anualmente (kg ou t)	Tamanho da área tratada anualmente (ha)	Quantidade aplicada por ha (kg)	Razão de uso
NPK 06-30-06	N, P ₂ O ₅ e K ₂ O	581.510,5 kg	3.477,97	167	Adição de nutrientes no plantio
NPK 10-00-25	N e K ₂ O	1.113.643,0 kg	6.152,23	181	Readubação 3 a 6 meses após o plantio
Cloreto de Potássio	K ₂ O	762.993,0 kg	5.650,61	135	Adição suplementar de potássio no plantio
Fosfato Natural Reativo	P ₂ O ₅	2.034,95 t	5.291,24	385	Fosfatagem no preparo do terreno para plantio
Calcário Dolomítico	CaO e MgO	6.887,26 t	4.863,70	1.4161	Calagem do solo (correção da acidez do solo) e adição de Ca e Mg.

Base de Dados: Consumos de produtos químicos em 2013.

2.0 DESCRIÇÃO DO MANEJO FLORESTAL

2.1. Plano de Manejo Florestal

Objetivos do manejo:

A AMCEL (Amapá Florestal e Celulose S.A.) tem como principal objetivo fornecer, de forma sustentável, madeira para a produção de cavaco e biomassa, dentro de especificações técnicas de qualidade e econômicas, baseando-se no equilíbrio ambiental, social e econômico. O compromisso com a sustentabilidade ambiental é assegurado pela continuidade dos projetos ambientais, conforme as possibilidades e necessidades da empresa. As atividades decorrentes do manejo do projeto florestal geram empregos diretos a mais de uma centena de profissionais. Todos os empregados são registrados, com seus direitos e benefícios garantidos pela legislação vigente e pelas normas internas.

Composição da Floresta e a Razões para a Seleção das Espécies

A Área de Influência Direta é composta de 208.387,22 ha, envolvendo parte dos municípios de Ferreira Gomes, Porto Grande, Itaubal, Macapá, Tartarugalzinho e Amapá. Desse total, 99.316,97 ha são destinados ao plantio comercial e a área restante corresponde aos outros usos (preservação permanente e reserva legal = 103.649,63 ha e infraestrutura = 5.420,62 ha). Os plantios são compostos principalmente pelas espécies: *Eucalyptus urophylla*, híbrido *E. urophylla* x *E. grandis* (*urograndis*), *E. pellita*, *E. brassiana*, *E. tereticornis* e *E. camaldulensis*. O EMF possui um Departamento de Pesquisa Desenvolvimento Florestal que é responsável pela geração de novas tecnologias, incluindo a introdução de espécies / procedências de eucalipto e espécies afins do gênero *Corymbia*. As espécies em uso pelo EMF foram amplamente testadas no Brasil e, há mais de 30 anos, são as indicadas como as mais adequadas para a região em termos de produtividade e qualidade da madeira na produção de cavacos, para uso industrial e energia. Outras espécies testadas pela empresa como potenciais para a região, antes de decidir pelo gênero *Eucalyptus*, foram *Pinus* tropicais, *Tectona grandis* e *Acacia mangium*.

Descrição Geral e Sistema(s) de Manejo da Terra:

O manejo da florestal da AMCEL tem por objetivo a sustentabilidade da floresta, de modo que obtenha a produção de madeira com melhor qualidade e ao menor custo. Neste tópico, são abordadas as atividades realizadas na Formação Florestal (Silvicultura), Colheita e Transporte.

As operações envolvidas na etapa de **FORMAÇÃO FLORESTAL** estão divididas em duas fases: **Ano 0 a 1 – Implantação e Ano 1 a 6 – Manutenção.**

As mudas são produzidas pela via assexuada (micropropagação) no viveiro de Tartarugalzinho – AP, que tem capacidade de produção de 14 milhões de mudas / ano de *Eucalyptus* spp. Para a seleção de material geneticamente superior, a AMCEL estabeleceu um programa de melhoramento com o objetivo de assegurar as características desejadas de produtividade e adaptação nas condições edafoclimáticas do Amapá.

A AMCEL conta com dois procedimentos operacionais que fazem parte do Sistema de Gestão Ambiental (REFL-001 e REFL-002) no qual ficam evidenciadas todas as atividades dos processos silviculturais realizados na sua área de manejo florestal.

Na fase de Implantação (Ano 0 a 1), especial atenção é dedicada à melhoria da fertilidade do solo que, na área de atuação da empresa é caracterizada pela baixa fertilidade, embora considerado como apto para fins florestais. Assim, são necessárias várias aplicações de adubos/fertilizantes, conforme indicado no item “Fertilização”, páginas 38 e 39 do Plano de Manejo Florestal Integrado – 2014, Revisão 07. A Implantação Florestal inicia-se pela **Manutenção de Estradas e Preparo de Solo**, com o objetivo de diminuir ou eliminar os processos de erosão que venham a se desencadear em função da ação direta da chuva no solo exposto. No planejamento das operações de plantio e manutenção de estradas, são consideradas as condições de precipitação para a elaboração do cronograma de atividades, prevendo-se atividades principalmente nos períodos de menor precipitação. Em toda a área comercial da AMCEL a ser plantada, existem áreas previamente definidas com restrições para o plantio, em observação à legislação vigente (APP/RL).

O primeiro **combate à formiga** é realizado antes do preparo do solo, com o uso de formicida granulado (isca) ou líquido (termonebulizador). O repasse do combate à formiga é realizado após o plantio e sempre que necessário. A seguir, é realizada a **Limpeza do terreno**, com a retirada da vegetação e enleiramento dos restos vegetais de maior volume no interior dos talhões ou na lateral dos carregadores, nas áreas que apresentem restrições ao plantio. A necessidade de limpeza é maior nas áreas com maiores intervalos entre a colheita da última rotação e o novo plantio. A **Subsolagem** é realizada na linha de plantio, com a finalidade de romper as camadas de adensamento e impedimento do solo. Ela é feita a uma profundidade de 65 a 75 cm, geralmente no sentido perpendicular à direção do escoamento de água ou em nível. Associada a esta operação, é realizada a fosfatagem ao longo do sulco de plantio. Uma **Adubação** com uma composição **NPK** é realizada antes do plantio; uma adubação com NK em cobertura é realizada de três a seis meses após o plantio e a segunda adubação NK de cobertura é feita aos 10 meses após o plantio. As dosagens e as formulações dos fertilizantes são indicadas pelo setor de pesquisa florestal da empresa, baseada no conteúdo de nutrientes no solo, nos requisitos nutricionais do material genético (clone) e no potencial de produtividade da área.

O **Plantio** é realizado o ano todo, sendo manualmente de janeiro a julho e em processo semi-mecanizado de agosto a dezembro, no espaçamento de 3,6 m x 2,5 m ou 3,0 m x 3,0 m (1.111 plantas por hectare, proporcionando 9 m²/planta). A **Aplicação de herbicida** pré-emergente é realizada no inverno, na véspera do plantio. Um produto à base de Isoxaflutole é aplicada ao longo da linha de plantio. Caso seja necessário, uma segunda aplicação é realizada aproximadamente 40 dias após a primeira (remonte).

O **Replantio** é realizado nos talhões em que houver mais de 3 % de falhas, no prazo máximo de 30 dias após plantio. Após este período, novo replantio é realizado caso ocorram clareiras com morte de mais de 10 mudas. Todas as mudas replantadas são adubadas de acordo com os mesmos critérios aplicados no plantio. A **Irrigação** é realizada durante o plantio e/ou replantio em épocas secas, com o emprego de

tratores e/ou caminhões com tanque e mangueira. Periodicamente, são feitas **capinas** manuais e/ou **roçada** manual nas linhas de plantio e capinas mecanizadas e/ou roçada mecanizada nas entrelinhas, principalmente no período chuvoso. A **capina química pós-emergente** é feita utilizando-se herbicida à base de glifosato. As dosagens de herbicida aplicadas são as recomendadas pelo setor de pesquisa florestal da empresa ou segundo as prescrições contidas no receituário agrônomo. A capina química é suspensa no período chuvoso.

Manutenção (anos 1 a 6): As operações de manutenção são aquelas realizadas a partir do primeiro ano, até a floresta atingir a idade para a colheita. Elas têm por objetivo acompanhar o desenvolvimento da floresta, complementar a adubação, monitorar possíveis pragas e doenças e eliminar a competição com plantas invasoras. Com base nesse acompanhamento, são determinadas ações de controle, a fim de evitar que haja perda de produtividade e danos em nível econômico e contemplam as seguintes atividades:

Monitoramento e combate a pragas: feito através de vistorias de campo e instalação de armadilhas, monitoramento, principalmente de formiga-cortadeira (*Atta sexdens*) e da lagarta-desfolhadora (principalmente *Thyriteina arnobia*). O controle das formigas-cortadeiras é feito anualmente (no verão). Quando os dados do monitoramento indicam ações de controle das lagartas-desfolhadoras, a intervenção é feita com inseticida biológico à base de *Bacillus thuringiensis*. Outras pragas menos frequentes como os besouros (*Costalimaita ferruginea*), coleobrocas (*Scolitídeos*) e cupins são, também, acompanhadas.

Capina de manutenção: Na manutenção da floresta após 1 (um) ano de idade, caso haja necessidade, é realizada a limpeza mecanizada com produto à base de glifosato na ocasião das readubações, nas áreas que apresentam plantas invasoras.

Readubação: nas readubações, realizadas após plantio, considera-se o período de aplicação, a forma de aplicação, a formulação e a dosagem, conforme as recomendações técnicas definidas pelo setor de pesquisa florestal da empresa.

Monitoramento e Combate à Formiga: O combate à formiga nas fases de implantação e de manutenção de florestas visa evitar danos ao plantio em sua fase inicial e adulta. As operações são realizadas com formicidas durante o preparo de área até a idade da Colheita Florestal.

Prevenção e Combate de Incêndios Florestais: A empresa possui 8 (oito) torres de observação de incêndios e adota as seguintes medidas preventivas: treinamento de funcionários; exercícios simulados; manutenção de aceiros; informação através de placas e cartazes; acompanhamento de queimadas controladas realizadas pelos vizinhos; acompanhamento através de uma lista de verificação (*checklist*) quinzenal dos equipamentos para combate a incêndios em períodos em que o risco atinge o grau médio ou alto; vigilância nos locais com maior incidência de focos de incêndios; equipe de plantão; e painel, localizado no escritório de Porto Grande, mostrando o grau de risco de incêndio. Em caso de ocorrência de incêndios florestais, observa-se o disposto no "Plano de Atendimento a Emergências" SGAF - 009 sobre o fluxo de acionamento, telefones de emergência, ações corretivas e mitigadoras e o registro de ocorrência.

Métodos de Colheita e Equipamentos usados

A **COLHEITA FLORESTAL** compreende as seguintes atividades:

Limpeza Pré-Corte: A roçada da vegetação (sub-bosque) existente nas entrelinhas, não é realizada em toda a área de todos os talhões (em alguns, a roçada é feita em 100 % da área; em outros, só parcialmente). Isso depende do nível de infestação, visando proporcionar melhores condições durante a operação de colheita com *Harvester* e *Forwarder*. O objetivo é de melhorar a qualidade (limpeza) durante o processamento (corte e descascamento) e remoção (baldeio) da madeira. Essa atividade é realizada de forma mecanizada com o uso de roçadeiras hidráulicas acionadas por tratores agrícolas.

Derrubada (corte): O corte (derrubada) das árvores nos talhões comerciais é totalmente mecanizado, com o uso de máquinas do tipo *Harvester* e/ou *Feller Buncher*.

Descascamento (processamento de madeira): O descascamento consiste na retirada dos galhos e casca, no traçamento e empilhamento das toras de eucalipto nos talhões. Essa atividade é totalmente mecanizada, como o uso de máquinas do tipo *Harvester* (escavadeira hidráulica com cabeçote processador).

Baldeio (remoção): O baldeio é uma operação realizada mecanicamente com máquinas do tipo *Forwarder* (auto-carregável). Esse equipamento faz o baldeio da madeira até os locais pré-determinados para a estocagem da madeira, seguindo sempre a menor distância possível, visando reduzir os impactos ambientais e obter um maior rendimento e menor custo operacional.

Arraste (remoção): O arraste é realizado mecanicamente, com máquinas do tipo *Skidder* (trator florestal) com lâmina frontal na frente e pinça na traseira. Esse equipamento faz o arraste da madeira até os locais pré-determinados para a estocagem da madeira, seguindo sempre a menor distância possível, visando reduzir os impactos ambientais e obter um maior rendimento e menor custo operacional.

O **TRANSPORTE** compreende as seguintes atividades:

CARGA (carregamento): o carregamento é realizado com escavadeira hidráulica adaptada para a atividade florestal, equipada com garra (grua), com área de 0,60 m². A operação de carregamento é realizada da mesma maneira tanto para madeira com casca quanto para a sem casca, posicionando a madeira no sentido longitudinal ao chassi das carretas e tem a capacidade de carregamento de 110,00 m³/hora.

LOGÍSTICA (transporte): o transporte das toras do campo (floresta) até a fábrica em Santana (distância média de 110 km da floresta até a fábrica) é feito com uma composição veicular de carga (CVC) do tipo "RODOTREM" (cavalo mecânico + reboque + semi-reboque) com capacidade de carga líquida de 49 t ou 54 m³ de madeira.

Explicação da estrutura de manejo:

O controle acionário da AMCEL pertence aos grupos japoneses Marubeni Corporation, Nippon Paper e NYK (Nippon Yusen Kabushiki Kaisha). O manejo é administrado através de uma diretoria florestal subdividida em setores gerencias. A UMF da AMCEL é composta por Hortos florestais que são divididos em glebas. Estas, por sua vez, são divididas em talhões, onde ocorrem as operações.

2.2. Contexto Socioeconômico

A **Área de Influência Indireta (AII)** do Projeto Florestal da AMCEL abrange 3.517.120 ha em 7 (sete) municípios no Estado do Amapá (Ferreira Gomes, Porto Grande, Itaubal, Macapá, Santana, Tartarugalzinho e Amapá), onde estão localizadas as terras da AMCEL. Esses municípios são influenciados pela ocupação física das áreas do projeto e pelos reflexos sobre os aspectos sociais e econômicos da região.

A **Área de Influência Direta (AID)** do Projeto Florestal é constituída pelos imóveis de propriedade da AMCEL, nos quais está instalado o projeto florestal e as áreas de Reserva Legal não contígua, situadas nos municípios de Tartarugalzinho e Amapá. A AID totaliza 208.387,22 ha, envolvendo parte dos municípios de Ferreira Gomes, Porto Grande, Itaubal, Macapá, Tartarugalzinho e Amapá. Deste total, 99.316,97 ha são destinados ao plantio florestal e a área restante é destinada a outros usos (preservação permanente, reserva legal e infraestrutura). A área vinculada ao empreendimento florestal foi subdividida em 11 hortos, em função de características operacionais e de execução do Projeto Florestal.

Os resultados do último censo, publicados pelo IBGE, indicaram que o Estado, em 2010, atingiu uma população de 669.526 habitantes. Os municípios de Macapá (398.204) e Santana (101.262) concentram 74,6 % da população do Estado.

A economia do Amapá depende diretamente dos recursos naturais, caracterizando-se pela exploração de matérias-primas, produtos químicos e geração de produtos semielaborados. O extrativismo vegetal (castanha do Brasil, sementes de espécies oleaginosas, frutos e palmito do açaí) encontra-se em franca expansão em virtude da ausência de políticas governamentais para apoio a outras atividades. Este cenário reflete-se bem em municípios menores como Tartarugalzinho, Amapá, Itaubal, Ferreira Gomes e Porto Grande.

Para avaliar a qualidade de vida da população na área de influência dos plantios, são consideradas algumas informações levantadas no Censo Demográfico de 2010 (Quadro abaixo), indicando um IDH-m menor que o IDH nacional (0,699) nos municípios que compõem a AII, exceto Macapá, capital do Estado.

Município	Habitantes	IDH-m	PIB per capita a preços correntes – 2011 (R\$)
Ferreira Gomes	5.802	0,656	14.944,95
Porto Grande	16.809	0,640	10.916,13
Itaubal	4.265	0,576	9.683,64
Macapá	398.204	0,733	13.821,85
Santana	101.262	0,692	12.401,50
Tartarugalzinho	12.563	0,592	9.587,95
Amapá	8.069	0,642	11.504,20

Fonte: IBGE (2010)
Acesso em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=16&search=amapa>

O principal reflexo positivo do empreendimento para a região está nos aspectos relacionados à economia regional, na medida em que o mesmo contribui para a produção, que tem como consequência a geração de vários fatores e respostas positivas na economia regional, entre os quais podem-se citar:

- Geração de produção (madeira em tora);
- Geração de divisas e incremento na balança comercial brasileira de exportações;
- Aumento no Produto Interno Bruto (PIB) da região e do Estado do Amapá;
- Geração de empregos diretos e indiretos;
- Aumento na renda dos funcionários, dos municípios e da população de forma direta e indireta;
- Geração de recursos de forma direta através do recolhimento de impostos pela empresa e, indireta, através da dinamização da economia pelo empreendimento, ou então pelos recursos aplicados na região;
- Dinamização da economia regional; e
- Reflexos indiretos, sobre a economia regional.

2.3. Uso e Posse da Terra

O EMF apresentou o registro de todas as suas propriedades. Todas possuem matrículas válidas e consistentes com o apresentado no PMF. A empresa dispõe, também, de procedimento específico para aquisição de terras, o qual considera os aspectos legais, técnicos, ambientais e sociais. Com isso, os direitos e responsabilidades de posse e uso da terra são respeitados. Além disso, foi verificado que a empresa possui:

- Clara documentação das áreas certificadas, verificada através dos Títulos de Propriedade (Matrículas, CCIR, ITR, Certidão Negativa do ITR);
- Inexistência de pendências jurídicas ou administrativas das propriedades;

Além disso, o manejo não ameaça o direito de posse das comunidades locais e do entorno. Existe uma comunidade quilombola, denominada São Tomé do Aporema, que está localizada a cerca de 1,5 km da Fazenda São Bento e os direitos de posse e uso dessa comunidade tradicional são respeitados.

3.0 PROCESSO DE AVALIAÇÃO PARA CERTIFICAÇÃO

3.1 Padrões utilizados

Título	Versão	Data da Finalização
ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.	3ª Edição	12 de dezembro de 2012

3.2. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

Escopo da Acreditação	A Sysflor Certificações Florestais está credenciada pela CGCRE para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas NBR 14789:2012, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo credenciador.
Histórico da Sysflor	A Sysflor foi fundada em 2007 com o objetivo de dar continuidade aos projetos da SCS Global Services no Brasil na realização de avaliações independentes para a certificação de manejo florestal e da cadeia de custódia. Em parceria com a SCS, a Sysflor realizou, também, verificações e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV), certificação de biocombustíveis e de cana-de-açúcar. Para essas avaliações, a Sysflor conta com uma equipe multidisciplinar de auditores locais em várias regiões do Brasil. Atualmente, a empresa conta com mais de 30 clientes de manejo florestal e mais de 80 clientes de cadeia de custódia da certificação FSC®. Em 2013, a Sysflor submeteu-se ao credenciamento junto à CGCRE (Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro) para realizar avaliações de manejo florestal, de acordo com os padrões do CERFLOR. Em maio de 2014, recebeu a acreditação da CGCRE para atuar como Organismo de Certificação Florestal na certificação de manejo de plantações florestais CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 14789.
Responsável pela Sysflor	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
Dados para Contato	Avenida Senador Salgado Filho, 1385 – Sala 114/116, Curitiba – Paraná – Brasil – CEP: 81510-000 Telefone e fax: 55 (41) 3344-5061 E-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br

3.3. Cronograma e Equipe da Avaliação

3.3.1 – Itinerário e Atividades de Avaliação

Data: 30/06/2014	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Escritório da empresa: 8:30 h – 9:30 h Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de abertura (apresentações, introdução sobre os padrões e protocolos do CERFLOR). • Escopo da auditoria; • Localização das florestas e atividades operacionais em andamento; • Revisão do plano de auditoria; • Atualização do itinerário de visitas.
Escritório da empresa: 9:30 h - 12:00 h Todos	<ul style="list-style-type: none"> • Evidências do atendimento às potenciais NC indicadas durante a auditoria Fase 1;
Auditor: Luciano Escritório da empresa: 13:00 h - 17:00 h	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos documentos recebidos: <ul style="list-style-type: none"> - Plano Estratégico de Longo Prazo (2013-2022); - Demonstração Financeira da Empresa; - Verificação documentos fundiários das áreas integrantes do escopo de certificação e as incluídas desde a auditoria Fase 1; - CND Federal, Estadual e Municipais; - Procedimento SGAF-005 / sistema âmbito de legislação aplicada.
Auditor: Naiara Escritório da empresa: 13:00 h - 17:00 h	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com o setor jurídico, para verificação do atendimento à legislação aplicável; • Entrevista com o setor de responsabilidade social, para verificação dos canais de diálogo com a comunidade e sistemática de divulgação do plano de manejo; • Verificação dos planos e registros de treinamento com o setor de RH.
Auditor: Tomaz Escritório da empresa: 13:00 h - 17:00 h	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de documentação pertinente ao atendimento às potenciais NC indicadas durante a auditoria Fase 1; • Programação de consultas públicas;
Data: 01/07/2014	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Auditor: Luciano 7:00 às 10:00 h Km 78	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção do depósito transitório de produtos químicos (agrotóxicos e fertilizantes); • Verificação das condições de armazenamento, controle e transporte dos produtos químicos; • Entrevista com colaboradores.
Auditor: Luciano 10:00 às 12:30 h CP2	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção da operação de plantio e controle de formigas; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Inspeção da área de vivência; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de conservação de estradas; • Verificação da conservação das APP e RL; • Verificação da verdade terrestre do mapa de uso de solo.
Auditor: Luciano 13:30 às 15:30 h CP3	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção da operação de capina química; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Inspeção da área de vivência; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de conservação de estradas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da conservação das APP e RL; • Verificação da verdade terrestre do mapa de uso de solo.
Auditor: Naiara 7:00 às 9:30 h Peixei-boi 06 (PB6)	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção da operação de transporte de madeira; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Inspeção da área de vivência; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de conservação de estradas; • Verificação da conservação das APP e RL; • Verificação da verdade terrestre do mapa de uso de solo.
Auditor: Naiara 10:00 às 12:30 h Peixei-boi 04 (PB4)	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção da operação de fertilização; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Inspeção da área de vivência; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de conservação de estradas; • Verificação da conservação das APP e RL; • Verificação da verdade terrestre do mapa de uso de solo.
Auditor: Naiara 13:30 às 15:30 h Peixei-boi 03 (PB3)	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção da operação de colheita mecanizada; • Verificação das condições de saúde e segurança do trabalho; • Inspeção da área de vivência; • Entrevista com trabalhadores; • Verificação das condições de conservação de estradas; • Verificação da conservação das APP e RL; • Verificação da verdade terrestre do mapa de uso de solo.
Auditor: Tomaz 8:00 às 15:00 h Escritório da empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de documentação pertinente ao atendimento às potenciais NC indicadas durante a auditoria Fase 1; • Consulta pública junto ao MAPA; • Translado para Porto Grande – AP.
Auditor: Todos Secretária Municipal de Assistência Social em Porto Grande às 17:00 h	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião Pública.
Data: 02/07/2014	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Auditor: Luciano 8:00 às 16:00 h Sede de Tartarugalzinho	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção do Viveiro de Produção de Mudanças de Tartarugalzinho; • Entrevistas com trabalhadores; • Inspeção do depósito de produtos químicos: substratos, fertilizantes e agrotóxicos; • Inspeção da oficina de pequenos reparos; • Inspeção dos depósitos provisórios de resíduos.
Auditor: Naiara 8:00 às 17:00 h Escritório da empresa	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação da documentação.
Auditor Tomaz: 8:00 às 10:00 h Comunidade Quilombola São Tomé do Apurema	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.

Auditor: Tomaz 10:30 às 15:30 h Horto São Bento	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria à área de relevante interesse ecológico; • Verificação das condições de conservação da área; • Verificação das medidas de proteção da área; • Entrevista com trabalhadores; • Inspeção das condições do alojamento; • Verificação das condições de conservação de estradas e das áreas de conservação (APP e RL); • Outras.
Audidores: Luciano e Tomaz Câmara Municipal de Vereadores, em Tartarugalzinho às 17:00 h	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião Pública.
Data: 03/07/2014	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Auditor: Todos Escritório 8:00 às 17:00 h	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de Avaliação e Controle de EPS; • Inspeção do almoxarifado: depósito de fertilizantes e agrotóxicos: disposição e estoques; • Infraestrutura central de recolhimento de resíduos; • Rastreamento de documentação da destinação final de embalagens de agrotóxicos; • Verificação de documentação: Certidões negativas Federal, estadual e Municipais; • Documentação de EPS Transwood e Amazon Tur / Vale do Amazonas (CR Souza): Certidões Negativas, recolhimentos INSS e FGTS; • Verificação da avaliação dos impactos sociais e dos programas sociais; • Verificação do plano de manejo florestal; • Verificação do programa de manejo integrado de pragas e doenças.
Auditor: Tomaz Macapá 8:00 às 12:00	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública com lideranças do Quilombo São Tomé do Apurema; • Consulta pública junto ao IMAP (Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá).
Data: 04/07/2014	
UMF/Local/ sítios visitados	Atividades/notas
Escritório da empresa, 8:30 às 9:30 h	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação de documentação de todos os entrevistados: ASO, Holerites, Registros de Treinamento, fichas de entrega de EPI, entre outros; • PCMSO e PPRA das funções executadas pelos entrevistados.
Escritório da empresa, 9:30 às 10:30 h	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação da Reunião de Encerramento: Os auditores dedicaram um tempo para consolidar as informações observadas e confirmar as conclusões da auditoria.
Escritório da empresa, 10:30 às 11:30 h	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de Encerramento: Reunião com toda a equipe relevante da empresa para resumir as conclusões da auditoria, não conformidades identificadas e explicação das próximas etapas.

3.3.2 – Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicado à avaliação do requerente:	5
B. Número de auditores participantes na avaliação:	3

C. Dias adicionais dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	3
D. Número total de homens/dia utilizado na avaliação: D = (A*B) + C	18

3.3.3 – Equipe de Avaliação

Nome do Auditor:	Luciano Lisboa Junior	Função do Auditor:	Auditor líder
Qualificações: Engenheiro agrônomo especializado em Silvicultura pela ESALQ, da Universidade de São Paulo – USP. Ph.D. em Solos Florestais (Major) e Estatística Experimental (Minor) pela North Carolina State University (USA). Gerente de Meio Ambiente e Segurança Florestal da Aracruz Celulose S.A., com responsabilidades em processos de licenciamento, gestão, certificação ambiental e segurança do trabalho entre abril/1995 a agosto/2009. Chefe de Unidade em dois períodos (jan/1978 a ago/1982; jun/1987 a jul/1990) e pesquisador da Embrapa Florestas ao longo de 15 anos (jan/1978 a dez/1992), atuando nas áreas de silvicultura, solos e nutrição florestal. Atualmente, é consultor ambiental de empresas florestais e auditor nos processos de certificação florestal FSC e Cerflor; auditor internacional na certificação RSB para biocombustíveis e consultor para a certificação Bonsucro (cana, álcool e açúcar).			
Nome do Auditor:	Naiara Teodoro Zamin	Função do Auditor:	Auditor
Qualificações: Engenheira florestal, formada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Engenharia Florestal pela UFPR na área de Manejo Florestal. Participou em projetos de pesquisas no Laboratório de Dendrometria da UFPR, voltados à avaliação da estrutura corrente e monitoramento da dinâmica de um fragmento de Floresta Ombrófila Mista no Campus III da UFPR (2009) e ao estudo mensal de crescimento e produção em diâmetro e altura de Araucária e Pínus (2009-2012). É auditora líder de cadeia de custódia de produtos florestais do FSC desde 2011 e auditora líder de manejo florestal do FSC desde 2013. Os treinamentos mais recentes que tem recebido incluem Curso de Manejo de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e auditora líder em ISO 14001 (sistema de gestão ambiental). Tem experiência na área de pesquisa em Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Manejo Florestal.			
Nome do Auditor:	Tomaz Longhi Santos	Função do Auditor:	Auditor
Qualificações: Engenheiro Florestal formado pela UFPR, Mestre em Engenharia Florestal na área de Conservação da Natureza pela UFPR e doutorando em Engenharia Florestal na área de Conservação da Natureza pela UFPR. Tem experiência em projetos voltados à Ecologia Florestal, Autoecologia e Dendrocronologia / Dendroecologia de espécies nativas e é revisor de periódicos científicos voltados a essas áreas. Co-orienta trabalhos de iniciação científica e conclusão de curso. Atuou em projetos de biologia e conservação de espécies ameaçadas de extinção da Floresta Ombrófila Mista (2007) e biota de solo e biogeoquímica na Mata Atlântica do Paraná (2007-2010). Atualmente, está vinculado a projetos de pesquisas voltados à avaliação da estrutura corrente e monitoramento da dinâmica de um fragmento da FOM no campus III da UFPR (2009) e a estudos da cobertura vegetal (2010) e dendroecologia de espécies nativas (2011). É integrante dos grupos de pesquisa: Núcleo de estudos dendrocronológicos e dendroecológicos em ambientes naturais (NEDDAN); Biogeoquímica de Florestas Tropicais e Subtropicais; e Ecologia e conservação de ecossistemas vegetais.			

3.4 Avaliação do Sistema de Manejo

3.4.1. Etapas do processo de avaliação

O processo de avaliação de empreendimentos de manejo florestal para a certificação CERFLOR compreende as seguintes etapas:

- *Planejamento inicial da auditoria*: elaboração do plano de auditoria, seleção da equipe de auditores, designação de tarefas, determinação do tempo de auditoria e determinação da amostragem para certificados *multi-site*;
- *Planejamento e realização de consulta pública e de reuniões públicas*: determinação de lista de partes interessadas, envio de carta consulta e agendamento de reunião pública na região de atuação da empresa;
- *Avaliação documental*: durante a auditoria Fase 1, é conduzida uma análise crítica da documentação da empresa quanto ao atendimento do CERFLOR;
- *Avaliações de campo*: nas inspeções de campo (auditoria Fase 1 e Fase 2), a equipe de auditores verifica o atendimento do CERFLOR nas atividades de manejo desenvolvidas pelo EMF;
- *Elaboração do relatório*: após a conclusão da auditoria a equipe de auditores elabora o relatório da avaliação listando todas as constatações observadas;
- *Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (se aplicável)*: dependendo da situação, podem ser requeridas auditorias complementares ou de verificação de atendimento às não conformidades;
- *Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação*: após a finalização do processo, a Comissão de Certificação aprecia o processo e recomenda a certificação ou não do EMF à Sysflor;
- *Emissão de relatório final*: após a avaliação de ações corretivas (se aplicável) e demais questões pertinentes, o relatório final é emitido, juntamente com a Decisão de Certificação emitida pelo Comitê de Decisão da Certificação da Sysflor.
- *Emissão e publicação do relatório de auditoria*: um resumo do relatório é disponibilizado ao público para consulta.

3.4.2. Metodologia e estratégias empregadas

A Sysflor convoca equipes multidisciplinares com conhecimentos em ciências florestais, ciências sociais, economia de recursos naturais e outras áreas relevantes para avaliar a conformidade do EMF com os padrões e políticas do CERFLOR. Os métodos de avaliação incluem a revisão de documentos e registros, implementação da estratégia de amostragem para visitar um amplo número de áreas florestais e tipos de atividades de colheita, observação da implementação dos planos e políticas de manejo no campo e análise das partes interessadas. Quando há mais de um membro na equipe, eles podem rever partes dos padrões com base em suas experiências e especialidades. No último dia da avaliação, os membros da equipe se reúnem para deliberar conjuntamente sobre as suas constatações. Isto envolve uma análise de todas as observações de campo relevantes, dos comentários das partes interessadas e dos documentos e registros revisados. Quando não for possível chegar a um consenso entre os membros da equipe devido à falta de evidências, evidências conflitantes ou diferenças na interpretação dos padrões, a equipe está instruída a relatar isso na seção da decisão da certificação e/ou em observações.

3.5 Processo de Consulta às Partes Interessadas*

De acordo com os protocolos da Sysflor, a consulta com as principais partes interessadas é um componente integral do processo de avaliação. A consulta foi realizada antes, simultaneamente e após a avaliação em campo. Os objetivos distintos das consultas foi solicitar informações das partes afetadas sobre os pontos fortes e fracos do manejo do EMF relativo ao padrão e sobre a natureza da interação entre a empresa e as comunidades vizinhas.

Grupos principais de partes interessadas relevantes para esta avaliação foram identificados com base na lista das partes interessadas do EMF e contatos adicionais de outras fontes. Os seguintes tipos de grupos e indivíduos foram determinados como partes interessadas principais:

3.5.1 Grupos de Partes Interessadas consultadas durante a avaliação para certificação

Gerência e funcionários do EMF
Consultores Florestais
Empresas prestadoras de serviços
Proprietários adjacentes
Organizações cívicas e de interesse social, locais e regionais
Órgãos Governamentais
Membros e/ou representantes tribais pertinentes
Organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais
Grupos e organizações de indústrias florestais
Órgãos federais, estaduais e municipais
Pessoal de agências reguladoras local, estadual e federal
Outros grupos relevantes

As atividades de consulta às partes interessadas foram organizadas de maneira a dar aos participantes a oportunidade de fazer comentários, de acordo com as categorias gerais de interesses, com base nos Padrões Cerflor. Uma carta consulta acompanhada de um questionário foi enviada às partes interessadas por meio de correio físico e eletrônico, notificando-os da auditoria e solicitando comentários. A lista completa das partes interessadas contatadas está mantida como registro na Sysflor e não foi inserida no relatório; entretanto, ela pode ser disponibilizada mediante solicitação.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação. Quando os comentários das partes interessadas desencadearam investigações durante a avaliação, as ações de acompanhamento e as conclusões da SYSFLOR estão descritas a seguir.

3.5.2 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe, onde aplicáveis

Comentários das Partes Interessadas	Respostas da SYSFLOR
Princípio 1 – Cumprimento da legislação	
Há diferença salarial para colaboradores que exercem e estão registrados em uma mesma função na empresa.	Durante a auditoria, foram verificadas as seguintes irregularidades relacionadas às questões trabalhistas: (i) existência de salários diferentes para os mesmos cargos; (ii) inexistência de critérios definidos para a promoção funcional; (iii) desvio de função de Trabalhador Florestal atuando no almoxarifado da empresa há mais de três anos, sem alteração da função. NC 2014-01
A empresa não tem um plano de cargos e salários que estipule um Salário Mensal Líquido distinto em três faixas e diversas funções. Ex.: Operador I, Operador II e Operador III.	
A promoção dos trabalhadores é feita com base no aumento de 20% sob o salário anterior, sem considerar o salário base para a nova função.	
Há, na empresa, vários operadores com Carteira de Habilitação de categoria inferior ao requerido	Foi verificado que a habilitação é requerida para trânsito em via pública. Na AMCEL, os colaboradores

<p>por Lei para operar equipamento pesado. A empresa fornece o curso de operador de máquinas, mas não apoia ou subsidia os operadores a alterar a categoria da habilitação.</p>	<p>transitam apenas nas estradas da empresa e durante as operações. Foram verificados os registros de treinamento dos colaboradores para operação de máquinas.</p>
<p>Há um colaborador que trabalha com solda no viveiro florestal, mas não ganha o salário de um profissional nessa área e sim um salário de ajudante. Esse trabalhador não recebe adicional por insalubridade.</p>	<p>Foi evidenciado no LTCAT do viveiro que o colaborador que exerce a atividade de solda é um Mecânico Manutenção I. Os riscos da atividade foram analisados e o adicional por insalubridade é “Atenuado com uso de EPI”. Em entrevista ao colaborador que realiza a atividade de solda, foi reportado que o uso do aparelho de solda é pouco frequente. Trata-se de um pequeno aparelho de solda elétrica de uso pouco frequente, com baixa exposição a riscos. Portanto, não se caracteriza como trabalho sujeito à insalubridade.</p>
<p>A empresa não está cumprindo a cláusula 17 do acordo coletivo em vigor, que trata do plano de saúde. A empresa fez a troca do plano de saúde, mas o plano atual não oferece as mesmas condições que o antigo e essas condições foram pactuadas em acordo coletivo. O plano atual não oferece médicos e estabelecimentos credenciados na mesma proporção que a UNIMED e isso é algo que foi estabelecido em acordo coletivo.</p>	<p>Foi evidenciado que o antigo plano de saúde ofertado aos colaboradores suspendeu os serviços na região e isso gerou a alteração do plano de saúde. Dessa forma, a empresa optou pelo novo plano, que não contempla médicos e estabelecimentos credenciados na mesma proporção que o plano anterior.</p> <p>Verificou-se que, para minimizar esse problema, a empresa fechou um contrato para o transporte diário dos colaboradores residentes em Porto Grande para atendimento médico em Macapá, conforme contrato de aluguel de um veículo (“van”) datado de 04/06/2014, celebrado entre a AMCEL e a Viação Vale do Amazonas Ltda. Além disso, a empresa contratou um motorista para o transporte dos colaboradores (registro nº 06756, contratado em 02/06/2014).</p> <p>Apesar disso, foi evidenciado que o atendimento médico no município de Tartarugalzinho, onde o EMF mantém atividades, é precário e não há médicos credenciados no novo Plano de Saúde Privado oferecido. Também, há deficiência no transporte oferecido pelo EMF aos colaboradores para realizar consultas médicas em Macapá, que dista, aproximadamente, 300 km de Tartarugalzinho. OM 2014-05</p>
<p>A empresa não tem registro de ponto eletrônico dos funcionários da silvicultura, colheita e demais setores do campo. Assim, o ponto é preenchido, exclusivamente, pelo encarregado e assinado pelos colaboradores, somente nos dias 17 e 30 de cada mês.</p>	<p>Nas entrevistas em campo, foi evidenciado que o ponto é preenchido pelo encarregado. Os colaboradores entrevistados afirmaram que revisam o preenchimento antes de assinar o ponto e que a empresa paga as horas extras corretamente. Os holerites de março/2014 de alguns colaboradores foram verificados para confirmar o pagamento</p>

	<p>correto das horas extras.</p> <p>Adicionalmente, evidenciou-se que a AMCEL adquiriu um equipamento da marca Henri para implementação do ponto eletrônico nas frentes de trabalho, que está atualmente em fase de teste.</p>
<p>Existe, em Porto Grande, uma equipe de cinco funcionários que trabalha diretamente com motores para combate a formigas, conhecidos como “termos” mas não recebem adicional por insalubridade.</p>	<p>Foi verificado no LTCAT de Porto Grande que a atividade não é insalubre, pois os riscos são atenuados com uso de EPI.</p>
<p>A empresa não paga as horas “in itinere” de acordo com o real realizado. São realizadas em torno de 70 a 80 horas por mês e a empresa paga apenas 55 horas.</p>	<p>Foi verificado que a Jurisprudência do TST RR nº 0002138-36.2012.5.18.0181 define que a empresa deve pagar 50 % do tempo médio das horas “<i>In itinere</i>”. Dessa forma, evidenciou-se que a empresa possui hora <i>in itinere</i> paga de acordo com o previsto pela legislação citada acima. Além disso, há acordo coletivo e a empresa vem cumprindo a cláusula prevista de pagamento das horas “in itinere” de 55 horas mensais, conforme verificado nos holerites de alguns colaboradores de maio/2014.</p> <p>Nas entrevistas em campo, nas frentes de colheita e de silvicultura, os colaboradores manifestaram estar satisfeitos com relação ao pagamento das horas <i>in itinere</i>.</p>
<p>Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade</p>	
<p>A empresa deve ter mais cuidado com o armazenamento de produtos químicos no campo, pois há furto de produtos que ocorrem dentro dos talhões da empresa.</p>	<p>O EMF demonstrou possuir controle sobre estoque e fluxo dos insumos dos depósitos para as frentes de trabalho, com registros de entrada, saída, consumo (kg ou l), hectares aplicados e consumo específico (kg/ha ou l/ha). Os consumos são especificados por fazenda e talhão aplicado. Foi evidenciado, ainda, pelas entrevistas realizadas no setor de compras e materiais, que há registro da ocorrência de roubo de 50 sacos de adubos, quando estes eram deixados no campo, para uso no dia seguinte. Desses, a polícia local recuperou 30 sacos. A solução adotada foi usar adubo a granel em “big-bags” de uma tonelada. Desde então, não houve mais registros de furtos desses insumos.</p>
<p>Princípio 3 – Zelo pela diversidade biológica</p>	
<p>A presença do EMF na região é extremamente importante na manutenção da diversidade biológica do Estado, por se tratar de uma empresa de grande porte e limitar a ação de conversão de áreas de cerrado com o avanço do agronegócio.</p>	<p>Foi evidenciado que o EMF possui vigilância patrimonial e parceria com o Batalhão Ambiental nas campanhas educativas e proibitórias quanto à caça, à pesca, à extração não autorizada de madeira e à retirada de qualquer material de suas reservas nativas. Nos acessos principais de seus blocos de</p>

	fazendas, há placas sinalizando a restrição de acesso e a proibição de caça, pesca e incêndios. Além disso, a empresa desenvolve um programa de educação ambiental na região, com o objetivo de conscientizar a comunidade local sobre a importância do meio ambiente.
Os programas e as parcerias para a manutenção da diversidade biológica com instituições públicas e privadas, além das atividades próprias da empresa como o programa de melhoramento genético, são reconhecidos e elogiados pelas partes interessadas consultadas.	Foi evidenciado que a empresa mantém parceria com instituições de pesquisa para realizar estudos ambientais. Dentre eles, foi verificada a parceria em pesquisa com o Instituto de Pesquisa do Amapá (IEPA), o Instituto Emílio Goeldi, a UNIFAP e a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa (FADESP). Com relação aos programas de pesquisa operacionais, evidenciou-se que um dos principais programas da AMCEL é a ampliação da base genética disponível. A AMCEL iniciou sua rede experimental com o gênero <i>Eucalyptus</i> em 1993 e, até meados de 2014, havia acumulado mais de 430 experimentos em campo e cerca de 70 em viveiro.
Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar	
O EMF possui uma área de relevância ecológica (Faz. São Bento) que está inserida em uma área de ecossistemas alagáveis, de fundamental importância para a manutenção da flora e fauna locais. Essa área é reconhecida pelas comunidades vizinhas, que mantêm hábitos tradicionais.	A empresa realiza atividades de Educação Ambiental junto à comunidade quilombola de São Tomé do Aporema, ressaltando a importância de manutenção dessas áreas alagáveis, bem como de ecossistemas associados. Essas atividades fazem parte do programa de Educação Ambiental 2014, conduzido pela empresa.
Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal	
Há um convênio assinado em 2008 entre a AMCEL e os apicultores de Porto Grande. Os apicultores enviam relatórios semestrais à empresa, informando a produção de mel e, também, requerendo a expansão do convênio. Porém, até o momento, não obtiveram qualquer resposta da empresa.	A expansão das atividades de apicultura deve ser negociada entre a empresa e os apicultores, sem o envolvimento da certificadora.
A refeição precisa melhorar na área de silvicultura de Porto Grande, pois, ultimamente, a comida enviada ao campo é de má qualidade.	Foi feita uma reunião com o pessoal do restaurante, para discutir sobre a qualidade da refeição servida, conforme ata de reunião apresentada. Além disso, fez-se uma alteração contratual com o restaurante, descrevendo os critérios de qualidade requeridos para a renovação. Foi evidenciado que, como resultado dessa reunião, a empresa está fazendo algumas mudanças para melhorar a qualidade da alimentação. Dentre elas: - Semanalmente, o restaurante deve enviar o cardápio para avaliação da AMCEL;

	<p>- Realização de inspeções mensais em campo, pela nutricionista, e elaboração de relatório de satisfação;</p> <p>- O cardápio semanal é disponibilizado nas frentes de trabalho e fixado no mural da área de vivência.</p>
--	--

4.0 RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Na Tabela 4.1 abaixo, apresentam-se as constatações da equipe de avaliação quanto aos pontos fortes e fracos das operações de manejo florestal em questão, em relação aos Princípios do manejo florestal do CERFLOR. Os pontos fracos são anotados como Ações Corretivas Requeridas relacionadas a cada princípio.

4.1 Pontos fortes e fracos em relação aos P&C do CERFLOR

Princípio/Área	Pontos Fortes Relativos aos Padrões	Pontos Fracos Relativos aos Padrões
P1: Cumprimento da legislação	<p>Existe o procedimento "Legislação e Outros Requisitos Aplicáveis" (SGAF-005), no Sistema Âmbito, para estabelecer um banco de dados sobre os requisitos legais e de certificações florestais.</p> <p>O Departamento de Meio Ambiente, Segurança e Medicina do Trabalho mantém registros dos diplomas legais (licenças ambientais, outorgas de água e demais requisitos aplicáveis ao EMF) e atende às suas condicionantes.</p> <p>O EMF possui um programa de gestão de segurança do trabalho implementado, que consta de treinamentos funcionais, auditorias e avaliações periódicas nas frentes de trabalho para a verificação do atendimento das normas e procedimentos de segurança estabelecidos pela empresa.</p>	<p>Durante a auditoria, foram verificadas as seguintes irregularidades relacionadas às questões trabalhistas: (i) salários diferentes para os mesmos cargos; (ii) ausência de critérios definidos para a promoção funcional; (iii) desvio de função de Trabalhador Florestal atuando no almoxarifado da empresa há mais de três anos, sem alteração da função. NC menor 2014-01</p> <p>Foram identificadas inconsistências entre as etiquetas de conferência com os registros de controles de revisão em extintores de incêndios. (OM 2014 – 06).</p> <p>Foi verificada a ausência de equipamentos de primeiros socorros na frente de trabalho de transporte e no alojamento do Horto São Bento. Ainda, verificou-se ausência de rádio de comunicação no setor de transporte que atua com um colaborador durante 24 h/dia. (OM 2014 – 08).</p>
P2: Racionalidade no uso dos recursos a curto, médio e longo prazos em busca da sua sustentabilidade	<p>O EMF possui um Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal para a geração de novas tecnologias, incluindo a introdução de espécies / procedências de eucalipto e espécies afins do gênero</p>	<p>Foram identificadas inconsistências nos resultados das análises de identificação e caracterização dos aspectos e impactos ambientais de alguns setores de operação do EMF. (OM 2014 – 07).</p> <p>O EMF realiza treinamentos a</p>

	<p><i>Corymbia</i>.</p> <p>Há procedimentos estabelecidos para todas as etapas e atividades da produção florestal, nominando os responsáveis pela adoção e cumprimento.</p> <p>O manejo florestal da AMCEL é fundamentado na sua rede experimental (viveiro e campo), com a participação de equipe própria, consultorias especializadas e programas cooperativos com instituições de ensino e pesquisa.</p>	<p>colaboradores próprios e de terceiros, visando à diminuição do número de acidentes de trabalho. Contudo, nas áreas de vivência das frentes de operações, são poucas as informações, avisos e alertas de segurança do trabalho. (OM 2014-04).</p> <p>Foram evidenciadas falhas no gerenciamento dos registros de treinamentos realizados pelas EPS, visto que o sistema informatizado não dispõe de registros mais antigos. Assim, o EMF tem dificuldade em evidenciar a capacitação de todos os colaboradores para o desempenho das diversas funções. (OM 2014-09).</p>
<p>P3: Zelo pela diversidade biológica</p>	<p>Há ampla base genética para trabalhos de melhoramento, com a introdução de 4.793 progênies / famílias, sendo 4.272 oriundas de polinização natural e 521 de polinização controlada.</p> <p>Entre os clones selecionados na própria empresa e os adquiridos de outras instituições, a AMCEL já submeteu 3.493 clones a testes.</p> <p>Além das espécies tradicionais de eucalipto (<i>Eucalyptus urophylla</i>, híbrido <i>E. urophylla x E. grandis</i>, <i>E. pellita</i>, <i>E. brassiana</i>, <i>E. tereticornis</i> e <i>E. camaldulensis</i>), a AMCEL avalia outros gêneros e espécies como: <i>Corymbia torelliana</i>, <i>C. Citriodora</i>, <i>C. maculata</i>, <i>C. henryi</i>, <i>Eucalyptus amplifolia</i>, <i>E. argophloia</i>, <i>E. brookeriana</i>, <i>E. cladocalyx</i>, <i>E. crebra</i>, <i>E. denticulata</i>, <i>E. longirostrata</i>, <i>E. macarthurii</i>, <i>E. major</i>, <i>E. moluccana</i>, <i>E. occidentalis</i> e <i>E. thozetiana</i>).</p> <p>A empresa possui um programa de manejo integrado de pragas bem estruturado e eficaz. O uso de produtos químicos é minimizado através de técnicas silviculturais e plantio de espécies menos</p>	<p>Nenhum.</p>

	<p>suscetíveis às pragas.</p> <p>A empresa possui programas de conservação e monitoramentos de espécies ameaçadas de extinção, a exemplo do “Programa de monitoramento da espécie ameaçada de tartaruga (<i>Podocnemis unifilis</i>) na FAVC Horto São Bento”.</p> <p>Foi verificado que a empresa possui um registro de avistamento de fauna organizado e representativo, além de estar conduzindo trabalhos voltados à conservação da flora e a identificação de espécies ameaçadas de extinção, considerando que estão inseridos em uma região de transição fitofisionômica.</p>	
<p>P4: Respeito às águas, ao solo e ao ar</p>	<p>Cerca de 70 % dos solos com plantios já estão identificados na empresa. A classificação dos solos atinge o 4º nível categórico (subgrupos).</p> <p>O monitoramento de microbacias para verificação da qualidade e quantidade de água e o balanço biogeoquímico de nutrientes, até o momento, não possibilitou a identificação de impactos negativos decorrentes das atividades florestais executadas pela empresa.</p> <p>A empresa adota técnicas de cultivo mínimo e de preparo mínimo de solo restritas à subsolagem. Na colheita, são mantidas a casca, os ponteiros e os galhos espalhados em leitos a cada quatro linhas de plantio. Essas práticas permitem um melhor controle da erosão e a redução da compactação do solo.</p> <p>Em nenhuma das fazendas/projetos inspecionados, foi constatada erosão no solo, nas estradas ou nos aceiros, mesmo ao final da época das chuvas.</p> <p>O EMF possui um sistema adequado de gestão de resíduos implementado.</p>	<p>Foi verificado que os depósitos de defensivos agrícolas não dispõem de ventilação voltada para a parte externa da edificação, caracterizando uma violação à NR 31.8.17 C.NC- menor 2014-03.</p>

<p>P5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social em que se insere a atividade florestal</p>	<p>A empresa mantém uma relação harmoniosa e colaborativa com o quilombo São Tomé do Aporema, localizado nas proximidades da Fazenda São Bento. Além disso, desenvolve projetos e atividades de modo que não interfiram no modo de vida e nos costumes desta comunidade tradicional.</p> <p>O EMF mantém, também, parcerias com órgãos públicos e privados no desenvolvimento de programas sociais e ambientais de grande importância para o desenvolvimento regional.</p>	<p>A empresa apresentou uma matriz de monitoramento dos impactos sociais (Item 7 do Plano de Avaliação e Monitoramento de Impactos Sociais) baseada no levantamento em cinco comunidades. Esse monitoramento inclui ações preventivas e/ou mitigadoras realizadas para cada impacto negativo identificado, assim como as medidas potencializadoras dos impactos positivos que ainda não foram implementadas.</p> <p>Foi verificado, também, que a empresa desenvolveu, juntamente com uma empresa contratada, um “Plano de gestão socioambiental” englobando 27 comunidades e define uma matriz de impactos e medidas mitigadoras/potencializadoras para os impactos negativos/positivos que forem identificados. Esse plano contém um cronograma de implementação para o período de 2014 e 2015. Portanto, ainda não há evidência de efetiva implementação dos programas sociais e das medidas de mitigação ou potencialização dos impactos sociais identificados pela empresa. (NC Menor 2014 – 02).</p> <p>Foi evidenciado que o atendimento médico no município de Tartarugalzinho, onde o EMF mantém atividades, é precário, sem médicos credenciados no novo Plano de Saúde Privado oferecido. Também, há deficiência no transporte oferecido pelo EMF aos funcionários para realizar consultas médicas em Macapá, distante, aproximadamente 300 km. (OM 2014 – 05).</p> <p>Foi verificado que a empresa possui diversos canais de comunicação com os colaboradores. Entretanto, esses não estão sendo efetivos, tendo em vista que não são muito utilizados e, mesmo quando utilizados, não há um retorno sobre as demandas apresentadas pelos</p>
--	--	---

4.2 Processo para Determinar Conformidade

4.2.1 Estrutura do padrão e graus de inconformidade

Os padrões para o manejo florestal, credenciados pelo INMETRO, consistem de uma hierarquia de três níveis: princípio, os critérios que correspondem a esse princípio e os indicadores de desempenho que detalham cada critério. Conforme os protocolos de avaliação da SYSFLOR, a equipe determina, coletivamente, se as operações do manejo florestal em questão estão em conformidade com todos os indicadores aplicáveis dos padrões relevantes de manejo florestal. Cada inconformidade deve ser avaliada para determinar se constitui uma falha em atender a uma ou mais requisitos da norma ou se representa uma situação que levante dúvida significativa quanto à capacidade de o sistema de gestão do cliente alcançar os resultados planejados. Portanto, a equipe deve usar o seu julgamento coletivo para avaliar cada critério e determinar se o EMF está em conformidade.

Ações corretivas são requeridas para cada Não Conformidade (NC) emitida. Oportunidades de melhoria também podem ser determinadas.

4.2.2 Interpretação das Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria

Não conformidade maior: resultam (ou podem resultar) em uma falha fundamental em atingir os objetivos de um critério relevante do CERFLOR, em vista da natureza única e a fragilidade de cada recurso florestal. Essas são ações corretivas que devem ser analisadas, aceitas, além de verificada sua eficácia para que o certificado possa ser concedido. Logo, a certificação depende da resposta do EMF quanto ao atendimento às NC dentro do prazo estipulado.

Não conformidade menor: As não conformidades podem ainda estar tipicamente limitadas em escala ou que podem ser caracterizadas como uma falha incomum no sistema, nesse caso o EMF precisa analisar e estabelecer as correções, assim como planejar as ações corretivas para que o certificado seja concedido.

Oportunidades de Melhoria: Esses são casos em que a equipe de auditores constata conformidade, mas, que poderá resultar em inconformidade futura se não houver uma ação de melhoria. Ações sobre as oportunidades de melhoria são voluntárias e não afetam a manutenção do certificado. Entretanto, as oportunidades de melhoria podem ser transformadas em não conformidades se o desempenho relacionado aos indicadores que as originaram caracterizar inconformidade.

4.2.3 Não conformidades

<input type="checkbox"/>	Nenhuma Não Conformidade foi determinada para o EMF durante a avaliação. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramento de anos anteriores foram revisadas e fechadas antes da emissão de um certificado.
<input checked="" type="checkbox"/>	NC foram determinadas ao EMF durante a avaliação. Estas foram todas fechadas para satisfação da equipe de auditores e atendem os requisitos dos padrões. Todas e quaisquer NC determinadas em auditorias de monitoramentos de anos anteriores foram revisadas e fechadas antes da emissão do certificado.
<input type="checkbox"/>	NC foram determinadas ao EMF durante a avaliação e este ainda não as fechou satisfatoriamente.

4.2.4 Não conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes

Neste tópico, são indicadas as possíveis falhas ou não conformidades identificadas na Auditoria Fase 1 e as Respostas do EMF no atendimento ou correção da questão levantada. Cumpre salientar que todas as Respostas dadas pelo EMF nos itens assinalados no quadro a seguir foram verificadas e evidenciadas pelos auditores na Auditoria Fase 2.

Princípio/Área	Possíveis Falhas / Não-Conformidades
P1: Cumprimento da legislação	<p>Foi identificada a necessidade de revisão do Sistema Âmbito, com relação ao acesso e atualização de questionários, bem como à legislação pertinente a cada área. (1.1.b)</p> <p>Resposta do EMF: A AMCEL possui o Sistema Âmbito que é compartimentado por todos os setores da empresa. Por questões de segurança e estabilidade desse sistema, as pessoas têm acesso à sua área de atuação, mas não ao banco de dados dos outros setores da empresa. Nesse sentido, a empresa revisou o Sistema Âmbito, de maneira que os setores tenham acesso aos arquivos e à legislação pertinente às suas atividades.</p> <p>Há uma comunidade quilombola (Associação São Tomé do Aporema) a 1,5 km da reserva legal São Bento. (1.2.a)</p> <p>Resposta do EMF: A empresa possui um mapa com a identificação das áreas das comunidades tradicionais próximas às áreas de manejo. Além disso, a empresa estabeleceu uma faixa de influência de 10 km em seus mapas, para identificar as comunidades com maior potencial de influência. Além disso, durante a auditoria, foi realizada uma consulta pública na comunidade quilombola, onde foi relatado que a empresa respeita os hábitos de comunidades tradicionais, além de manter uma boa relação, inclusive com parcerias (palestras de educação ambiental, por exemplo), sem, no entanto, descaracterizar seus hábitos e costumes.</p> <p>Foi identificada a necessidade de procedimentos mais efetivos para a resolução de conflitos fundiários. (1.2.d)</p> <p>Resposta do EMF: A AMCEL possui um procedimento (MAF-001) para o Controle de Conflitos de Pequeno e Grande Porte e o Controle de Invasões em Áreas da AMCEL por Animais Bubalinos e Bovinos. No anexo 12 do PMF, consta o 11º Relatório de Posseiros da AMCEL- Amapá. Neste documento, constam as informações de quantidade de posseiros (invasões), a área ocupada (ha) e as ações tomadas pela empresa. Essas informações são atualizadas, semestralmente, e têm o intuito de auxiliar nas decisões do EMF e possibilitar a redução dos conflitos para a organização e a comunidade inserida.</p> <p>Foram constatados salários diferentes para trabalhadores com os mesmos CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), evidenciando os impactos da falta de um plano de cargos e salários. (1.3.b)</p> <p>Resposta do EMF: A empresa está estudando a possibilidade de implementar um plano de cargos e salários. Assim, durante a auditoria de Fase 2, os</p>

	<p>auditores emitiram uma Não-Conformidade (NC 2014-01) pois foram verificadas as seguintes irregularidades relacionadas às questões trabalhistas: (i) salários diferentes para os mesmos cargos; (ii) ausência de critérios definidos para a promoção funcional; (iii) desvio de função de Trabalhador Florestal atuando no almoxarifado da empresa há mais de três anos, sem alteração da função.</p> <p>Foi verificado que o cartão ponto dos colaboradores no campo é preenchido de forma inadequada. (1.3.b)</p> <p>Resposta do EMF: Nas entrevistas em campo, foi evidenciado que o ponto é preenchido pelo encarregado. Os colaboradores entrevistados afirmaram que revisam o preenchimento antes de assinar o ponto e que a empresa paga as horas extras corretamente. Os holerites de março/2014 de alguns colaboradores foram verificados para confirmar o pagamento correto das horas extras. Adicionalmente, evidenciou-se que a AMCEL adquiriu um equipamento da marca Henri para implementação do ponto eletrônico nas frentes de trabalho, que está atualmente em fase de teste.</p>
<p>P2: Racionalidade no uso dos recursos a curto, médio e longo prazos em busca da sua sustentabilidade</p>	<p>A matriz de impactos ambientais apresenta inconsistências com relação à significância dos impactos nos diversos setores. Por exemplo: na matriz de impactos da colheita, consta “erosão do solo” como um impacto não significativo da operação, enquanto que considera a geração de resíduos de vidros e lâmpadas como um impacto significativo. Outro exemplo é a matriz de impactos do setor de RH, que descreve a descarga atmosférica e resíduos de metais ferrosos como impactos ambientais significativos gerados pelo setor. (2.1.a)</p> <p>Resposta do EMF: Durante a auditoria de Fase 2, verificou-se a persistência de inconsistências nos resultados da identificação e caracterização dos aspectos e impactos ambientais de alguns setores da operação do EMF. Assim, foi emitida a OM 2014-07.</p> <p>A matriz de aspectos e impactos ambientais apresenta um campo onde é citado o respectivo procedimento operacional utilizado para prevenir e mitigar os impactos negativos. Porém, nem sempre é o procedimento correto. (2.1.a)</p> <p>Resposta do EMF: Os procedimentos operacionais descritos nas matrizes de impactos ambientais foram revisados e corrigidos.</p> <p>A empresa apresentou procedimentos operacionais de todas as atividades de silvicultura e colheita. Entretanto, foi observado que alguns aspectos relacionados aos impactos ambientais não estão descritos, conforme seguem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - COLH 001, v.14 - Colheita Florestal: Foi observado que o procedimento não cita as medidas para minimizar os impactos ambientais na atividade de derrubada de árvores; - PDIF 001, v.3 – Departamento de Planejamento, Desenvolvimento e Informação Florestal: o procedimento não descreve, de fato, como as atividades devem ser planejadas para minimizar os impactos ambientais. <p>(2.1.d)</p> <p>Resposta do EMF: A Empresa possui procedimentos para todas as etapas e</p>

atividades da produção florestal, tais como: Produção de mudas (Viveiro Florestal) – VIV_001; Implantação – REFL 001 e 002; Abertura e Manutenção de Estradas – TEF 001 e Colheita – COLH 001. Todos os procedimentos incluem planilhas de avaliação de aspectos e impactos, onde são identificados os impactos que são classificados como significativos ou não significativos, com a indicação das medidas mitigadoras. O monitoramento da implementação das medidas mitigadoras é realizado por meio de auditorias internas por setor, com periodicidade determinada de acordo com o número de não conformidades verificadas em auditorias anteriores.

A empresa não descreve o demonstrativo da viabilidade econômica do manejo florestal no PMF. (2.2.a)

Resposta do EMF: A empresa, na versão 07 do PMF, descreve a justificativa de viabilidade econômica de seu manejo, bem como apresenta uma planilha com o estudo de viabilidade econômica para o triênio 2013-2015.

Não foi constatada qualquer descrição do levantamento de tipos de solo no PMF. No item 3.1.3, descreve-se, previamente, que os solos são homogêneos, mas não estão classificados. Tampouco as tipologias da vegetação nativa presentes na UMF estão caracterizadas no PMF. (2.2.a)

Resposta do EMF: Há descrição do levantamento de tipos de solo no PMF, no item 3.1.3, com um detalhamento até o quarto nível hierárquico das classes de solo (Anexos 4 e 5 do PMF).

- As tipologias vegetais nativas presentes nas áreas da empresa estão caracterizadas no PMF (v.07), com uma descrição geral das formações e um mapa anexo indicando a região de ocorrência de cada tipologia (Anexo 3).

No PMF, não há descrição dos procedimentos de segurança patrimonial referente à contingência de sinistros e eventos aleatórios (consta apenas no procedimento MAF-001 – Manutenção de Fazendas). (2.2.a)

Resposta do EMF: No PMF, foi incorporado o sub-item “Monitoramento de áreas com possíveis ocorrências de sinistros”, em que se discriminam alguns procedimentos que devem ser seguidos em caso de possíveis ocorrências (sinistros e eventos aleatórios), além de remeter aos procedimentos MAF-001, REFL- 001 e SGAF-009.

A empresa solicitou a inclusão, no escopo inicial de certificação, de fazendas com plantio e regeneração de acácia (fazendas Tira Teima, Escondido, Vai Quem Quer e Retorno). Entretanto, o Plano de Manejo Florestal não contempla as atividades de manejo para essa espécie (plantio, manutenção, colheita, condução da regeneração, etc.). (2.2.a)

Resposta do EMF: A empresa desistiu de incorporar essas áreas no escopo.

No item 12.2 do PMF, constam os programas de monitoramento da empresa. Entretanto, não há descrição dos resultados dos monitoramentos. (2.2.d)

Resposta do EMF: Foi inserido, no PMF, um resumo dos resultados dos monitoramentos após a descrição de cada programa realizado na empresa.

	<p>Foi observado que nem todos os treinamentos programados estão sendo realizados e, nesses casos, não há reprogramação desses treinamentos, nem mesmo justificativa para a não realização. Foi verificado que a avaliação dos treinamentos não é parametrizada. (2.2.f)</p> <p>Resposta do EMF: Foi inserido, no programa de treinamento, uma coluna com justificativa para a não realização dos treinamentos e a data do treinamento reprogramado.</p> <p>Para a avaliação dos treinamentos, a empresa desenvolveu um item no formulário sobre a “Avaliação Geral” dos treinamentos ministrados. Essa informação vai ser parametrizada e inserida no programa de treinamentos como “Avaliação de Reação”.</p> <p>A empresa possui ações voltadas aos colaboradores e familiares. Entretanto, não há programas de saúde voltados às populações locais (ver quadro da página 59/60 do PMF). (2.2.g)</p> <p>Resposta do EMF: A empresa protocolou, nas prefeituras, a solicitação de Plano de Saúde Pública e parceria com as Secretarias Municipais de Saúde. Com base nisso, a empresa desenvolveu uma programação para 2014/2015 do Programa Anual de Saúde, com os seguintes temas a serem abordados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Higiene Bucal; - Dengue; - DST – AIDS.
<p>P3: Zelo pela diversidade biológica</p>	<p>O cerrado (savana) é considerado um ecossistema ameaçado, de acordo com a Lista de Ecossistemas Ameaçados. Logo, não é passível de conversão. Assim, é necessário que a empresa classifique a sucessão ecológica do local a ser plantado, para evidenciar a não-conversão de ecossistema ameaçado. (3.2.h)</p> <p>Resposta do EMF: A empresa desistiu de incorporar essas áreas no escopo.</p> <p>A empresa possui levantamentos de flora realizados em 2011/2012, mas não incluiu os resultados no PMF. Mesmo dos levantamentos da fauna, realizados por meio de avistamento e em pesquisa realizada pelo IEPA em 2010, a empresa não inseriu os resultados no PMF. (3.4.c)</p> <p>Resposta do EMF: A versão 7 do PMF, apresentado pela empresa, contempla os resultados dos levantamentos da fauna e da flora. Os dados de avistamento de fauna são referentes ao período de 2011 a 2014 (primeiro quadrimestre). São apresentados gráficos quantitativos e uma listagem das espécies com a devida classificação de risco. Também foi incorporado ao PMF uma lista de espécies da flora, oriunda de um levantamento preliminar, realizado no Horto São Bento, durante o mês de maio deste ano.</p> <p>A empresa apresentou um estudo de caracterização fitofisionômica em suas áreas denominado “Composição Florística e Estrutura em Vegetação de Savanas do Estado do Amapá”, assim como um levantamento fitossociológico. Entretanto, o documento não apresenta a lista de espécies da flora endêmicas, raras e ameaçadas de extinção, ocorrentes na área de manejo. (3.4.d)</p> <p>Resposta do EMF: Foi incorporada, ao plano de manejo, uma lista de espécies da fauna endêmicas, raras e ameaçadas de extinção ocorrentes na área de</p>

	<p>manejo. Na lista de espécies da flora, segundo a revisão feita com base na Instrução Normativa nº 06, de 23 de Setembro de 2008, nenhuma das espécies levantadas encontra-se em categoria de risco.</p> <p>Foi verificado que, em algumas fazendas, não há sinalização de advertência sobre o controle da caça e da pesca, nem mesmo de identificação das fazendas que contenha a indicação de telefone para contato e alerta sobre cuidados contra incêndios. (3.6.b)</p> <p>Resposta do EMF: A empresa fez novas placas e afixou-as nas entradas e locais com maior movimentação de pessoas da UMF.</p>
P4: Respeito às águas, ao solo e ao ar	<p>Foram constatados processos erosivos na estrada principal das fazendas Tira Teima, Escondido, Vai Quem Quer e Retorno. Não foram encontradas evidências de programa de manutenção da malha viária nessas fazendas. (4.2.d)</p> <p>Resposta do EMF: A empresa desistiu de incorporar essas fazendas no escopo da certificação.</p>
P5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social em que se insere a atividade florestal	<p>Foi verificado que as demandas dos colaboradores, inseridas na caixa de sugestão, não são avaliadas nem respondidas aos colaboradores. (5.2.c)</p> <p>Resposta do EMF: A empresa está estudando uma nova forma de canal de diálogo, pois afirmou que sem a identificação do reclamante na caixa de sugestão, não há como responder as demandas.</p>

4.2.5 Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria

Constatação Número: 2014-01	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.3 (d)
Não conformidade: Durante a auditoria foram verificadas as seguintes irregularidades relacionadas a questões trabalhistas: (i) salários diferentes para os mesmos cargos; (ii) ausência de critérios definidos para a promoção funcional; (iii) desvio de função de Trabalhador Florestal atuando no almoxarifado da empresa há mais de três anos, sem alteração da função.	
Análise da Causa pelo EMF: Anteriormente, a AMCEL tinha contratado uma consultoria para elaborar o plano de cargos e salários. Porém, a mesma não completou o processo de criação conforme solicitação da AMCEL. Isso atrasou a implantação do plano, que está sofrendo ajustes finais para a implantação no segundo semestre de 2015.	
Ação Corretiva do EMF (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Criar um plano de ação para atendimento das novas demandas, reunindo um comitê de pessoas envolvidas diretamente no processo e monitorar as atividades propostas no cronograma, além de criar evidências de cumprimento.
Prazo para	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação

implementação da ação corretiva	<input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação corretiva	
Revisão da SysFlor	A empresa definiu um plano de ação incluindo cronograma de implementação de um Plano de Cargos e Salários até Julho de 2015, de forma a solucionar as irregularidades trabalhistas identificadas na auditoria. Assim, na 1ª auditoria de supervisão, vai ser avaliada a implementação desse plano, conforme cronograma definido.
Situação atual da NC:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2014-02	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1. (b) e 5.1. (c)
Não conformidade:	
<p>A empresa apresentou uma matriz de monitoramento dos impactos sociais (Item 7 do Plano de Avaliação e Monitoramento de Impactos Sociais) baseado no levantamento de cinco comunidades, onde descreve as ações preventivas e/ou mitigadoras realizadas para cada impacto negativo, assim como as medidas potencializadoras dos impactos positivos, que não foram implementadas.</p> <p>Foi verificado que a empresa desenvolveu, juntamente com uma empresa contratada, um “Plano de gestão socioambiental” englobando 27 comunidades, incluindo a definição de uma nova matriz de impactos e de medidas mitigadoras/potencializadoras para os impactos negativos/positivos que forem identificados. Esse plano tem cronograma de implementação para 2014 e 2015. Portanto, ainda não há evidência de efetiva implementação dos programas sociais e das medidas de mitigação ou potencialização dos impactos sociais identificados pela empresa.</p>	
Análise da Causa pelo EMF: Em função do novo plano, com maior número de comunidades a serem atendidas, houve a necessidade de nova aprovação de custos para atendimento da demanda. Por esse motivo, as ações propostas encontravam-se em análise e não foi possível iniciar as ações.	
Ação Corretiva do EMF (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Criar um plano de ação para atender as novas demandas, monitorar as atividades propostas no cronograma e criar evidências de cumprimento.
Prazo para implementação da ação corretiva	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)

	<input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação corretiva	
Revisão da SysFlor	A empresa apresentou um levantamento que descreve os impactos sociais das atividades do manejo e definiu as medidas mitigadoras e potencializadoras para os impactos negativos e positivos identificados, respectivamente. Além disso, foi apresentado um plano para implementação dessas medidas de mitigação e potencialização iniciado em 2014 e prevê um horizonte de planejamento até 2016. Com isso, o plano de ação apresentado pela empresa foi aceito, devendo ser verificado, na primeira auditoria de supervisão, se a empresa vem implementando as medidas de mitigação ou potencialização dos impactos sociais identificados, conforme o cronograma apresentado.
Situação atual da NC:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2014-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	4.3. (e)
Não conformidade: Foi verificado que os depósitos de defensivos agrícolas não dispõem de ventilação voltada para a parte externa da edificação, caracterizando uma violação à NR 31.8.17 C.	
Análise da Causa pelo EMF: O depósito de defensivos agrícolas, quando implantado no prédio em questão, foi adequado em termos de sinalização e outros requisitos legais; porém não foi atentado no mesmo a adequação da ventilação, pois acreditávamos que as duas janelas existentes atendiam as necessidades. No entanto, as janelas distribuem a ventilação para o interior do prédio.	
Ação Corretiva do EMF (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Criar um plano de ação para atendimento de adequação da estrutura do prédio de forma que o ambiente seja adequado, apresentando ventilação comunicando-se exclusivamente com o exterior, com parede construída de alvenaria e criar meio de melhor ventilação interna com a abertura de uma nova janela, atendendo à legislação vigente e, por fim, monitorar as atividades propostas no cronograma e fazer abrangência aos demais depósitos de forma a adequar à legislação.
Prazo para implementação da ação corretiva	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de	

implementação da correção e da ação corretiva	
Revisão da SysFlor	Foi apresentado um plano de ação que prevê ações para assegurar que o depósito de defensivos agrícolas sejam dotados de ventilação voltada exclusivamente para fora da edificação, como requerido pela NR 31.8.17.C. Assim, na 1ª auditoria de supervisão, vai ser avaliada a implementação desse plano, conforme cronograma definido.
Situação atual da NC:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2014-04	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.2. (f)
Oportunidade de Melhoria: O EMF realiza treinamentos a colaboradores próprios e de terceiros, visando à diminuição do número de acidentes de trabalho. Contudo, nas áreas de vivência das frentes de operações, são poucas as informações, avisos e alertas de segurança do trabalho.	
Análise da Causa pelo EMF:	
Ação de Melhoria do EMF (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	
Prazo para implementação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação de melhoria	
Revisão da SysFlor	
Situação atual da OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2014-05	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
OM emitida para (quando mais de uma UMF):	

Prazo para apresentação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1. (h)
Oportunidade de Melhoria:	
Foi evidenciado que o atendimento médico no município de Tartarugalzinho, onde o EMF mantém atividades, é precário, sem médicos credenciados no novo Plano de Saúde Privado oferecido. Também, há deficiência no transporte oferecido pelo EMF aos funcionários para realizarem suas consultas médicas em Macapá, distante, aproximadamente 300 km.	
Análise da Causa pelo EMF:	
Ação de Melhoria do EMF (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
Prazo para implementação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação de melhoria	
Revisão da SysFlor	
Situação atual da OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

Constatação Número: 2014-06	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.3. (e)
Oportunidade de Melhoria:	
Foram identificadas inconsistências entre as etiquetas de conferência com os registros de controles de revisão de extintores de incêndios.	
Análise da Causa pelo EMF:	
Ação de Melhoria do EMF (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
Prazo para implementação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final

	<input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação de melhoria	
Revisão da SysFlor	
Situação atual da OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2014-07	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.1. (a)
Oportunidade de Melhoria: Foram identificadas inconsistências nos resultados das análises de identificação e caracterização dos aspectos e impactos ambientais de alguns setores de operação do EMF.	
Análise da Causa pelo EMF:	
Ação de Melhoria do EMF (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	
Prazo para implementação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação de melhoria	
Revisão da SysFlor	
Situação atual da OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2014-08	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
OM emitida para (quando mais de uma UMF):	

Prazo para apresentação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.3. (e)
Oportunidade de Melhoria:	
Foi verificada a ausência de equipamentos de primeiros socorros na frente de trabalho de transporte e no alojamento do Horto São Bento. Ainda, verificou-se que não há rádio de comunicação no setor de transporte, onde um colaborador atua sozinho na frente de trabalho, em dois turnos, para atender a atividade 24 h/dia.	
Análise da Causa pelo EMF:	
Ação de Melhoria do EMF <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	
Prazo para implementação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação de melhoria	
Revisão da SysFlor	
Situação atual da OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

Constatação Número: 2014-09	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.3. (e)
Oportunidade de Melhoria:	
Foi evidenciado que há falhas no gerenciamento dos registros dos treinamentos realizados pelas EPS, visto que o sistema informatizado não possui os registros mais antigos e, assim, o EMF tem dificuldade em evidenciar a capacitação de todos os colaboradores para o desempenho das diversas funções.	
Análise da Causa pelo EMF:	
Ação de Melhoria do EMF <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	
Prazo para implementação da	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação

ação de melhoria	<input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação de melhoria	
Revisão da SysFlor	
Situação atual da OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2014-10	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.2.b) e c)
Oportunidade de Melhoria: Foi verificado que a empresa possui diversos canais de comunicação com os colaboradores. Entretanto, eles não estão sendo efetivos, tendo em vista que não são muito utilizados e, quando são, não há um retorno sobre as demandas apresentadas pelos colaboradores.	
Análise da Causa pelo EMF:	
Ação de Melhoria do EMF (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	
Prazo para implementação da ação de melhoria	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da correção e da ação de melhoria	
Revisão da SysFlor	
Situação atual da OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

5.0 DECISÃO DA CERTIFICAÇÃO

Recomendação de Certificação	
A Certificação CERFLOR deve ser concedida ao EMF, sujeita à implementação das ações corretivas menores apresentadas na Secção 3.2.5	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
A equipe de avaliação da SYSFLOR faz a recomendação acima para certificação com base na plena e própria execução dos protocolos de avaliação da SYSFLOR. Se a certificação for recomendada, o EMF demonstrou satisfatoriamente os itens seguintes, sem exceção:	
O EMF fechou todas as NC que foram apontadas durante a avaliação	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que seu sistema de manejo é capaz de assegurar que todas as normas aplicáveis dos padrões sejam cumpridas na área florestal coberta pelo escopo da avaliação.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O EMF demonstrou que o sistema de manejo está sendo implementado de forma consistente na área florestal coberta pelo escopo do certificado.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Comentários: A AMCEL atua numa região de baixo IDH, o que a torna um importante vetor para a melhoria das condições socioeconômicas das comunidades afetadas direta ou indiretamente pelo seu empreendimento florestal na geração de empregos, renda e apoio aos programas sociais. A empresa apresentou um bom nível de atendimento aos indicadores do padrão Cerflor, tendo em vista que apenas três NC foram identificadas.	